

A Resignificação do Ato de Ensinar e Aprender na Universidade: o ensino de Biblioteconomia em questão

Mara Eliane F. Rodrigues

Universidade Federal Fluminense
Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
Rua Miguel de Frias, 9 - 2º and
Niterói - Rio de Janeiro 24.220-000 - Brasil.
Tel: 0055(21)704-2030

E-mail: mara@proac.uff.br

Esther Hermes Lück

Universidade Federal Fluminense
Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
Rua Miguel de Frias, 9 - 2º and
Niterói - Rio de Janeiro 24.220-000 - Brasil.
Tel: 0055(21)704-2030

E-mail: luck@proac.uff.br

RESUMO

Discute a necessidade de introduzir uma nova concepção de ensinar e aprender na universidade, pautada pela articulação entre ensino e pesquisa. Considera que essa concepção pode ser viabilizada no âmbito do ensino de Biblioteconomia. Para tanto, apresenta uma nova proposta de formação para a área.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Biblioteconomia, formação profissional, articulação ensino-pesquisa

INTRODUÇÃO

O momento atual em que se vive, limiar de um novo século e milênio, vem acompanhado de novos e emergentes paradigmas que exigem uma profunda redefinição da universidade enquanto instância formadora. A visão positivista de ciência que tem direcionado o ato de ensinar e aprender na universidade leva à lógica de que o ensino deve partir do geral para o específico, do abstrato para o concreto, do teórico para o prático, do básico para o profissionalizante. O pressuposto, neste modelo, é que primeiro o aluno tem de aprender os conteúdos gerais (absorvendo o conhecimento já produzido), para depois tentar aplicar ou reconhecer a aplicação destes conteúdos na realidade. Seguindo essa lógica, os cursos universitários estruturam-se em *compartimentos*, onde as experiências de ensino são vivenciadas isoladamente de forma particularizada, não se constituindo em referências para o debate e a reflexão. Ao longo do tempo, os cursos de Biblioteconomia têm reproduzido esse modelo de ensino. No Brasil, os cursos de Biblioteconomia, em nível de graduação, notabilizam-se pela ministração de um ensino, como exercício crítico, ainda limitado. E, de maneira geral, a prática da pesquisa é incipiente.

No entanto, há um outro paradigma de ensinar e aprender que se contrapõe a essa visão: a concepção de ensino que envolve a pesquisa em todo percurso formativo do aluno[1]. Esta concepção baseia-se em procedimentos que mais fazem perguntas do que dão respostas. Privilegia a análise sobre a síntese. Entende que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na interpretação e produção destes dados. Parte da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigar e analisar o próprio mundo[2]. Abordar estas questões, mesmo que de forma preliminar, e introduzir essa concepção de ensino no âmbito da Biblioteconomia, é a nossa proposição. Esta, por sua vez, parte do pressuposto que para fazer frente aos novos contextos sociais emergentes, é necessário ressignificar o ato de aprender e ensinar na universidade, transformando a pesquisa no elo integrador da relação ensino-aprendizagem.

A UNIVERSIDADE FRENTE AOS DESAFIOS DO SEU TEMPO

É inexorável que o processo contínuo de mudanças que ocorre na sociedade contemporânea, e que atinge a realidade brasileira, leve a universidade a refletir sobre seu papel educativo-formador. A pluralidade de destrezas que a vida atual requer e a multiplicidade de informações que se tornam disponíveis com as novas tecnologias, são forte fatores de pressão sobre as verdades inquestionáveis sedimentadas na prática curricular e pedagógica da universidade. Conforme já ressaltado, o paradigma de ensinar e aprender até agora dominante, baseado em um enfoque epistemológico disciplinar, carece da exploração de outras alternativas.

A Universidade Federal Fluminense - UFF, como as demais universidades brasileiras, sofre os desafios do seu tempo. Nesse momento, se avizinham profundas mudanças nas estruturas curriculares das universidades brasileiras, conseqüência da regulamentação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB[3] (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). Esta lei revogou toda a legislação em que se baseou a formulação dos atuais currículos dos cursos superiores no Brasil. Preconiza o princípio da *flexibilidade curricular* (permitir ao aluno utilizar os conteúdos curriculares de acordo com suas potencialidades, levando em conta os conhecimentos prévios adquiridos em sua experiência de vida) e assegura a competência da universidade de fixar os currículos dos seus cursos, desde que observadas as diretrizes pertinentes.

Diante dessa nova exigência, a Universidade Federal Fluminense, na crença da necessidade de promover e aprofundar as discussões em torno da proposição de um novo modelo de estrutura curricular para a Universidade, iniciou um trabalho no sentido de buscar a definição de uma *ação efetiva de mudança*.

A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, instância responsável pela formulação e acompanhamento da política de ensino de graduação da Universidade, vem desenvolvendo uma série de ações que visam criar condições para a reorganização curricular dos Cursos de Graduação, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela LDB.

Nesse sentido, em uma primeira etapa, procurou balizar seu trabalho tanto através de estudos similares ocorridos em outras universidades, como pelo exame de material bibliográfico produzido em outras esferas (Ministério da Educação, Unesco, Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidade Brasileiras).

O Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras), desde sua criação em 1988, tem se preocupado em congregar as universidades em torno de iniciativas que permitam o fortalecimento de ações comuns relativas ao ensino de graduação. Desse modo, construiu, a partir de reflexões, críticas e sugestões discutidas em seus encontros regionais, um Plano Nacional de Graduação[4] que constitui-se em instrumento referencial para as ações político-acadêmicas das universidades brasileiras.

Tendo este documento como referência partiu-se, em um segundo momento, para a análise do texto da Lei de Diretrizes e Bases e discussão da legislação complementar originada do Ministério da Educação[5], observando-se também as tendências de mudanças para o ensino superior em nível mundial, anunciadas pela Unesco[6].

Esta etapa foi realizada em conjunto com o Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação, instância que congrega os professores responsáveis pelo acompanhamento da implementação dos projetos pedagógicos dos cursos. À luz da análise empreendida, a próxima etapa foi constituir, no âmbito do referido Fórum, grupos de trabalho para estudar e sugerir uma política de graduação para a Universidade. O resultado do trabalho de cada grupo foi apresentado e discutido em reuniões plenárias do Fórum, sistematizadas e

consolidadas em um documento único, intitulado: *Diretrizes para a Política de Graduação na UFF*[7].

É importante ressaltar que durante a realização desta última etapa os grupos se preocuparam em observar, discutir/analisar as condições em que vem se realizando a prática universitária o que permitiu compreender a necessidade de intervir nos currículos dos cursos de graduação.

Observando-se a organização curricular vigente na Universidade, percebeu-se que os currículos dos cursos ainda se norteiam pela influência da concepção positivista de construção do conhecimento. O conhecimento é organizado de uma forma linear – do geral para o particular, do teórico para o prático, do ciclo básico para o profissionalizante – fazendo com que as experiências de ensino sejam vivenciadas isoladamente, de forma particularizada. Desse modo, as experiências se perdem no isolamento das especialidades.

Não se pode ignorar que o atual modelo organizacional (compartimentalizado) em que se assentam os cursos de graduação está um tanto quanto ossificado diante de um tempo que exige o encontro, a convivência e a troca permanente de informações como forma de potencializar novas experiências no processo de formação.

A partir da emergência de um novo paradigma unificador do pensamento e da ação humana procura-se vencer a fragmentação do conhecimento, gerada pelo paradigma cartesiano. O que está em debate, portanto, é a necessidade da busca de sentido para o ensino contemporâneo, numa perspectiva não fragmentária.

A Universidade Federal Fluminense, a partir da construção coletiva de um documento que visa nortear suas ações em busca de uma política conseqüente para o ensino de graduação, pretende colocar-se em estreita sintonia com os desafios do seu tempo.

Convém salientar que todo o trabalho aqui relatado teve a participação direta das autoras da presente comunicação, como docentes e como participantes da administração superior da Universidade. Além disso, as autoras têm formação em Biblioteconomia e atuam como docentes nessa área, o que lhes permite vivenciar o momento presente, de mudanças e de reconstrução de conceitos e princípios do ensino superior, em um plano global - a universidade - como também em um ambiente mais específico - o Curso de Biblioteconomia e Documentação ministrado na Universidade. Portanto, valendo-se desse olhar privilegiado, as autoras passam a discutir a formação do bibliotecário, tendo como referência esse cenário de mudanças e, a seguir, propõem-se a delinear o que pensam ser uma proposta de formação inovadora para a área de Biblioteconomia.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FACE AOS DESAFIOS PRESENTES E FUTUROS

Os desafios atuais da sociedade exigem profissionais com qualificações cada vez mais elevadas, ampliando-se a responsabilidade das instâncias formadoras, principalmente a universidade, pois é dela que se originam os profissionais que irão atuar na sociedade. Hoje, a rápida evolução tecnológica causa a provisoriedade do conhecimento e estes fatores definem os contornos do exercício profissional contemporâneo. A

esse dado se acrescenta um outro, o fato de que não se concebe mais um exercício profissional homogêneo durante o período de inserção no mundo do trabalho.

Desse modo, a universidade não pode restringir-se a apenas preparar o indivíduo para o exercício de uma profissão, como se fosse o suficiente para integrá-lo ao mundo do trabalho. Essa formação exige o compromisso com a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças.

Diante desse panorama, a formação do bibliotecário não deve restringir-se à perspectiva de uma profissionalização estrita, especializada. Além do domínio dos conteúdos inerentes a área, o bibliotecário deve estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, como também refletir criticamente sobre a realidade que o envolve. Esse profissional pode atuar junto a instituições e serviços que demandam intervenções de natureza e alcance variados, como: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, bancos e bases de dados eletrônicos, portais de conteúdos e de acesso, seja na Internet (rede global), seja nas Intranets (redes institucionais internas), etc. Este cenário exige do bibliotecário uma formação mais arrojada, demandando um aprendizado que envolva o manejo de informações e conhecimentos abstratos e a habilidade de lidar com grupos em atividades integradas. Para atender a essa exigência o ensino de graduação necessita deixar de ser apenas o espaço da transmissão e da aquisição de informações para transformar-se no *locus* de construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem. Evidencia-se, assim, a importância da iniciação à prática da pesquisa, ainda no percurso da formação profissional.

O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA COM A PRÁTICA DA PESQUISA: DELINEAMENTO DE UMA NOVA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

O ensino fundamentado na pesquisa, evita que este seja simples repasse copiado. Educar não é só ensinar e instruir mas, sobretudo, formar a autonomia crítica e criativa do sujeito histórico e competente.

A concepção de ensino que tem na pesquisa seu elemento constituinte contrapõe-se às práticas baseadas na visão positivista de construção do conhecimento, na qual os conteúdos ficam fracionados, descontextualizados, desproblematizados, resultando no aprendizado memorístico. Morin[8], ao discutir a disciplinaridade do conhecimento, indaga:

... de que nos serviriam todos os saberes parcelados, se nós não os confrontássemos, a fim de formar uma configuração que responda às nossas expectativas, às nossas necessidades e às nossas interrogações cognitivas?

A idéia do ensino articulado à pesquisa baseia-se em atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizadoras, em que a aprendizagem parte das observações próprias para indagar sobre o conhecimento e o próprio mundo. Assim, nessa metodologia de ensino, adota-se como referência o ato de **interrogar**,

(re)produzir e **criar**: interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re)produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações e orientar o aluno para a busca de soluções criativas para os problemas com que se defronta[9].

Para agir desse modo, o professor terá que rever a relação professor-aluno tradicionalmente instituída na universidade em que o aluno é visto apenas como reprodutor do conhecimento. A perspectiva de trabalhar o ensino articulado à pesquisa, recoloca o papel do professor definindo-o “como orientador do processo de questionamento [re]construtivo no aluno”[10]. O ensino com pesquisa envolve “estudantes e professores numa criação de conhecimento comumente compartilhado com o intuito de que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida”[11]. Assim, é importante estimular um trabalho de criação coletiva em que o professor e o aluno se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, articular e ser solidário.

Fundamentalmente, é necessário que, nesse processo, seja possível rever o conceito de pesquisar, considerando-o como uma atitude investigativa a ser formada.

Na formação do bibliotecário é importante que a *atitude de pesquisa* seja introduzida, pois esta atividade reúne o domínio de várias habilidades, necessárias à um profissional de alto nível, entre elas:

- capacidade para identificar problemas relevantes;
- planejamento, uma vez que a pesquisa exige previsão, obtenção e administração de recursos que levem à sua realização;
- uso de metodologia para obter soluções;
- criatividade na escolha de técnicas que levem à resolução de problemas;
- flexibilidade para se adaptar e resolver situações;
- capacidade de comunicar os resultados obtidos;
- ética no trato com o conhecimento.

Essas características da pesquisa são importantes para desenvolver no bibliotecário a *competência questionadora* e *(re)construtiva*, anteriormente referidas, evitando que torne-se apenas um reprodutor de saberes e fazeres.

É necessário, contudo, destacar que para articular efetivamente ensino-pesquisa/teoria-prática no ensino de graduação, precisa-se criar mecanismos para romper a cultura dissociativa existente.

Entre os mecanismos disponíveis institucionalmente para efetivar esta relação, pode-se destacar:

- formulação de um Projeto Pedagógico Institucional que explicita a filosofia de ensino da universidade (princípios gerais norteadores) e apresente as orientações básicas (diretrizes) para conduzir a ação pedagógica articulada à pesquisa;
- elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, em consonância com o Projeto Institucional.

É importante ressaltar, no entanto, que a adoção desse conceito pedagógico supõe educadores afeitos às questões da investigação e às indagações acerca dos rumos da sociedade contemporânea. Por isso, é necessário a implementação de ações que propiciem a formação continuada do professor como agente de mudanças, em parceria com os alunos, considerando que ambos precisam aprender a lidar com essa nova forma de buscar e organizar o conhecimento.

Morin[12], ao instituir *os sete saberes necessários à educação do futuro*, no capítulo em que delinea os princípios do conhecimento pertinente ao contexto atual, diz que:

O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. É o problema universal de todo cidadão do novo milênio: como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento.

Entretanto, alerta, “esta reforma é paradigmática e, não programática”, o que significa dizer que somente mecanismos institucionais não bastam. Torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização das estruturas curriculares na universidade, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento, permitindo ao aluno utilizá-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta os conhecimentos prévios adquiridos em sua experiência de vida.

Essa mudança paradigmática poderá conduzir à alteração das práticas pedagógicas vigentes, favorecendo a instituição de um novo modo de ensinar e aprender na universidade.

Por conseqüência, o ensino de Biblioteconomia não poderá ficar impune aos impactos dessa mudança. Os cursos de graduação em Biblioteconomia terão que rever suas estruturas curriculares. No entanto, é importante alertar, mais uma vez, que a condição necessária para implementar as mudanças requeridas estão para além dos dispositivos legais e da literatura existentes. Passa, essencialmente, pelo entendimento da dimensão que subjaz essa mudança paradigmática e pela *motivação* das pessoas envolvidas, pois são elas que realmente determinam o caráter e a extensão da nova orientação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que para se chegar a uma proposta como esta aqui delineada requer-se um significativo esforço por parte de todos que pensam e fazem o ensino na universidade, em um plano geral, e na área de Biblioteconomia, particularmente.

Como responsáveis pela formulação e acompanhamento da política de ensino de graduação na Universidade Federal Fluminense, vêm-se trabalhando na direção de criar as condições e fornecer os subsídios necessários para que a reorganização curricular dos seus cursos aconteça coerentemente com o que se apresenta neste relato.

A experiência até o momento vivenciada mostra que a dificuldade maior reside no trabalho de sensibilização e convencimento dos agentes diretamente responsáveis por estas mudanças: o corpo docente. O trabalho de mudança curricular só prospera se, pelo menos, boa parte do corpo docente acreditar que é possível construir uma proposta

pedagógica diferenciada daquela em que fomos formados. Este esforço não pressupõe iniciativas isoladas, pois trata-se de um exercício coletivo.

A resignificação do ato de ensinar e aprender na universidade impõe, portanto, esse esforço coletivo. Este movimento é também necessário no âmbito do ensino de Biblioteconomia pois, para que se busque formar profissionais com perfis diferenciados a fim de responder as exigências de uma sociedade em transformação, é preciso, antes de tudo, que novas posturas diante do ato de ensinar e aprender sejam efetivamente assumidas.

NOTAS

1. DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 2. ed. Campinas : Autores Associados, 1997. 120 p.
2. CUNHA, Maria Isabel. O Currículo do ensino superior e a construção do conhecimento. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO. Memória. [Campinas] 1997. p. 181-185.
3. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
4. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Plano Nacional de Graduação. [Ilhéus] 1999.
5. BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 776/97. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. [Brasília, 1997]
6. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR (1998: Paris, França). Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Brasília : UNESCO/CRUB, 1999.
7. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Fórum de Coordenadores para os Cursos de Graduação. Diretrizes para a política de Graduação na UFF. Niterói, 1999.
8. MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina L. (org.). O Sentido da Escola. 2. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2000. p. 65-80.
9. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. O Currículo como Expressão do Projeto Pedagógico: um processo flexível. Niterói, 2000.
10. DEMO, Pedro. **op. cit.**
11. CUNHA, Maria Isabel. **op. cit.**
12. MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo : Cortez,; Brasília : UNESCO, 2000.

